

TEMA: REGIME REMUNERATÓRIO E FUNCIONAL.

- Luta intransigente pela revisão anual dos subsídios, no mínimo pela inflação, propugnando a formulação de projeto de lei que declare, textualmente, o critério objetivo de revisão anual, a exemplo do que ocorre com as revisões anuais dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e do salário mínimo.
- Gestões perante os futuros Presidentes do STF e STJ para a criação de condições políticas para a reintrodução do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) via proposta de emenda à Constituição. Nossa ideia é a introdução do GTEMPO (gratificação de tempo de exercício de membro de poder), com a finalidade de não causar um impacto orçamentário grandioso e inviabilizar a sua aprovação.
- Monitoramento sobre a oportunidade de apresentação do projeto de nova LOMAN, em constante interlocução com o relator do anteprojeto. Busca das condições políticas para cristalizar o regime remuneratório mínimo igual ao do Ministério Público, dando preferência para a prévia constitucionalização das férias de 60 dias.
- Revisão permanente do auxílio-saúde e do auxílio-alimentação, buscando ou mantendo a uniformidade vertical com os regimes do STF ou STJ.
- Obtenção do auxílio-moradia, com acesso às instâncias administrativa, judicial e legislativa cuja provocação se mostre necessária.
- Atuação contra a iniciativa dos TRFs de pagamento de diárias em montante não integral, em franco descumprimento de ato normativo do CJF, utilizando as vias administrativa e, se necessário, judicial.
- Impulso ao anteprojeto de lei que contemple a remuneração dos fatos funcionais dos magistrados federais, como a acumulação de juízos; os plantões judiciais e o exercício de funções administrativas, atualmente em tramitação no CJF.
- Proposta pelo Supremo Tribunal Federal de um projeto de lei complementar, para o acréscimo de um artigo à Loman, com a finalidade de aplicar aos magistrados os mesmos benefícios e vantagens concedidos aos membros do Ministério Público Federal pela Lei Complementar n. 75.

TEMA: PROTEÇÃO INSTITUCIONAL DA MAGISTRATURA PROPOSTAS

- Defesa intransigente das prerrogativas inerentes à magistratura e atuação firme e incisiva contra toda a tentativa de enfraquecimento institucional do Poder Judiciário Federal, via retirada de prerrogativas de seus membros.
- Utilização de todos os meios judiciais e políticos para conter iniciativas que diminuam ou tornem ineficazes as garantias dos magistrados, ou que lhes confirmem, na prática, direitos em escala inferior ao padrão do cidadão comum.
- Desenvolvimento, perante os meios de comunicação social, de trabalho de esclarecimento no sentido de criar uma cultura de proteção das instituições, distinguindo conceitos geralmente confundidos, como os de

"prerrogativa" com "privilégio", bem como formando opinião acerca da importância de um Poder Judiciário independente.

- Trabalho incansável e permanente para a garantia da segurança dos juízes federais, seja no âmbito administrativo, perante os tribunais e o executivo, seja no legislativo, com a aprovação de uma lei que crie uma polícia judiciária com capacidade técnica e logística para tal desiderato.

TEMA: RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL PROPOSTAS

- Intensificação do trabalho da frente associativa, dinamizando a atuação e a colaboração nas pautas comuns e dando continuidade ao processo de mobilização crescente que vem sendo verificado em prol da revisão dos subsídios e de outros assuntos de interesse.
- Ampliação da interlocução com a cúpula diretiva dos tribunais superiores, buscando a ampliação do espaço da AJUFE na fase propositiva da atuação da Administração Judiciária, onde as propostas são efetivamente produzidas.
- Aproximação institucional com os órgãos do Poder Executivo, estabelecendo novos canais de interlocução e ampliando os diversos canais já conquistados na atual gestão.
- Atuação ativa e constante dos Diretores e Delegados, em conjunto com as associações regionais, junto às bancadas parlamentares em sua respectiva base.

TEMA: ACOMPANHAMENTO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E JUDICIAIS E DINAMIZAÇÃO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL.

PROPOSTAS

- Ampliação do potencial de acompanhamento de proposições legislativas, descentralizando os trabalhos através da Diretoria de Comissões e incumbindo as comissões de associados de tarefas executivas de acompanhamento e mobilização, além da função propositiva hoje por elas exercida.
- Estabelecimento de responsáveis para processos judiciais pendentes, incumbidos de velar permanentemente pela celeridade de tramitação, interagindo com os advogados responsáveis, agregando elementos de contribuição e municiando periodicamente os associados com informações detalhadas.
- Continuidade do processo de aperfeiçoamento da assessoria parlamentar e qualificação de representantes para a prestação da assessoria necessária ao relacionamento com o parlamento.
- Trabalho sinérgico com as assessorias parlamentares dos tribunais superiores e regionais e das demais associações.
- Utilizar a capilaridade do Colégio de Delegados e do Colégio de Associações Regionais e Seccionais para intensificar a interlocução com a base governista no Congresso Nacional e com o Executivo.

TEMA: COMUNICAÇÃO COM OS ASSOCIADOS E COMUNICAÇÃO SOCIAL.

- Expedição de notas públicas apenas após a aprovação de sua redação pela diretoria, ou, nos casos urgentes, por deliberação virtual de um colégio de vice-presidentes, quanto à oportunidade e adequação de

conteúdo, a fim de que tais notas venham a expressar o pensamento médio da diretoria.

- Presença constante de membros da diretoria na lista Ajufe para informar e debater os temas relevantes cujo sigilo não seja imprescindível à condução junto às autoridades competentes.
- Para as informações mais qualificadas, que exijam o contato pessoal para sua divulgação, a construção de canais de comunicação através dos vice-presidentes e delegados, que deverão fazer chegar aos interessados as informações cujo conhecimento seja relevante.
- Elaboração de relatórios periódicos sobre as proposições judiciais e administrativas pendentes.

TEMA: GESTÃO PARTICIPATIVA, CONSULTAS E ASSEMBLEIAS.

- Realização de consultas, com ampla divulgação pela imprensa, para indicação de magistrados federais para a ocupação de cargo de Ministros do STF e conselheiros do CNJ.
- Aprimoramento das Assembléias Gerais virtuais, para um sistema bifásico, onde estejam contempladas a discussão e veiculação de propostas desde a base e a votação das mesmas após devidamente amadurecidas e encaminhadas na fase de discussão.
- Elaboração participativa de petições e requerimentos, colhendo-se elementos de contribuição dos associados, de modo a aproveitar os recursos do valioso capital humano de que dispomos e subsidiar nossos advogados com o que há de melhor em termos de argumentação e fundamentação.
- Ampliação da atuação do Colégio de Delegados e do Colégio de Associações Regionais, como legítimos portadores da vontade do associado situado na base. Criação, nas seções que comportarem essa estrutura, de delegados representantes de subseções de maior envergadura, permitindo-lhes reunião e atuação seccional e nacional.
- Continuidade da bem sucedida política da gestão atual de estímulo à ida de grande número de associados a Brasília para auxiliar na atuação perante as arenas de atuação.
- Manutenção de comissões temáticas abertas a todos os interessados.

TEMA: JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

- Criação de uma comissão permanente para tratar dos assuntos inerentes aos juízes substitutos, delineando as ações e estratégias associativas a respeito do tema.
- Luta pela equiparação remuneratória e funcional com os juízes titulares, inclusive no tocante à designação de funções comissionadas para estruturação de gabinetes e marcação de férias em condições eqüitativas em relação aos juízes titulares, adotando-se alternância de prioridades em caso de conflito.
- Valorização dos juízes substitutos no âmbito da reestruturação da carreira.
- Proteção intransigente do sistema de lotação contra designações que venham a descaracterizá-lo.

TEMA: JUÍZES FEDERAIS APOSENTADOS

- Luta contra a reforma da Previdência e atuação junto ao Congresso Nacional para aprovação da PEC que restabelece a integralidade dos vencimentos da aposentadoria.

- Luta contra a inclusão dos juízes no FUNPRESP, buscando evitar a aprovação da lei, ou, caso aprovada seja, questionando sua constitucionalidade formal perante o STF.
- Busca do reconhecimento da aposentadoria dos magistrados como aposentadoria especial, provocando-se para tanto as vias administrativa e judicial, a exemplo do que fizeram outras carreiras.
- Promoção de eventos específicos para os aposentados.
- Estímulo à participação dos colegas aposentados nas atividades associativas.

TEMA: VALORIZAÇÃO DA CARREIRA

- Discussão ampla sobre a possibilidade de reestruturação da carreira.
- Intensificação do trabalho de convencimento junto ao TSE (Petição 33275) e no Congresso Nacional, no âmbito do projeto de reforma do Código Eleitoral, para o deferimento aos Juízes Federais de Primeiro Grau da competência eleitoral, sem prejuízo da ampliação, via PEC, da participação da Justiça Federal nos TRÉs.
- Gestão junto aos órgãos competentes para a eliminação da necessidade de presença física dos juízes no plantão judiciário, mediante aplicação dos necessários recursos tecnológicos, sem prejuízo do estabelecimento de direito à compensação financeira ou de dias trabalhados em sede de plantão.
- Campanha pela dinamização da mútua da AJUFE, ampliando a cobertura securitária dos associados.

TEMA: EXPANSÃO E ESTRUTURAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

- Criação de um Fórum anual permanente de discussão a respeito da ampliação da Justiça Federal, nos moldes do FONACRIM E FONAJEF, para subsidiar tecnicamente os órgãos competentes sobre o que pensam os Juízes Federais a respeito das iniciativas para crescimento da Justiça Federal.
- Prioridade absoluta para a aprovação da PEC 544.
- Ampliação dos tribunais regionais federais já existentes, especialmente os que não sejam diretamente contemplados pelos desmembramentos decorrentes da PEC 544, considerando a decisão política já tomada no âmbito do CJF.
- Trabalho de convencimento junto ao CJF para que haja uma mudança de paradigma em relação aos projetos de expansão da Justiça Federal, priorizando-se, a exemplo do que ocorre na Justiça do Trabalho, projetos de expansão mais baratos e pontuais.
- Luta pela aprovação do FUNJUFE, fundo destinado ao aparelhamento da Justiça Federal, em regulamentação da EC 45, associado a uma reforma de custas judiciais destinada a desestimular o demandismo e os recursos protelatórios, defendendo a gestão descentralizada dos recursos pelos Tribunais Regionais Federais.
- Trabalho pela rápida aprovação e rápida implementação do projeto de lei que estrutura definitivamente as turmas recursais.
- Trabalho junto aos tribunais para o saneamento do déficit estrutural das Varas Federais interiorizadas, em termos de recursos humanos e materiais.

TEMA: MODELO ASSOCIATIVO.

- Promoção da efetiva participação do colégio de delegados, de ex-presidentes e de presidentes de associações regionais nas decisões da associação nacional.
- Colaboração permanente das associações regionais na mobilização de base parlamentar e no relacionamento com as Presidências dos diversos TRFs no que se refere à atuação da AJUFE perante o CJF e também em outros assuntos de interesse da Justiça Federal.

TEMA: CONVÊNIOS, BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA AOS ASSOCIADOS.

- Ampliação e diversificação de convênios de acordo com as necessidades dos associados.
- Aperfeiçoamento do contrato de seguro saúde coletivo para ampliação de cobertura e redução de custo dentro das melhores possibilidades de mercado.
- Ampliação da cobertura de assistência jurídica aos associados, priorizando os associados aposentados que exercem a advocacia.